# JUSTIÇA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E ECONOMIA

## Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

### Aviso (extrato) n.º 9715/2018

Torna-se público que o procedimento concursal, aberto através do Aviso n.º 14721/2017, de 7 de dezembro, para o preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional do mapa de pessoal do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, IP na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficou deserto por inexistência de candidatos para a função de motorista e por desistência da única candidata para a função de telefonista.

28 de junho de 2018. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Leonor Mendes da Trindade*.

311509893

### Deliberação n.º 817/2018

Considerando o Decreto-Lei n.º 147/2012, de 12 de julho, que aprovou a nova orgânica do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, IP, abreviadamente designada por INPI, IP;

Considerando ainda a Portaria n.º 386/2012, de 19 de novembro que aprovou o novo modelo de organização interna do INPI, IP bem como o Despacho n.º 2961/2013, de 25 de fevereiro que definiu a sua estrutura nuclear e as suas competências;

Considerado finalmente a necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços em função da estrutura orgânica aprovada, o Conselho Diretivo deliberou, nos termos do disposto nos artigos 27.º e 31.º da Lei n.º 2/2004, com a redação conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado, nomear, em regime de substituição, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do cargo, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, Chefe do Departamento de Recursos Financeiros da Direção de Organização e Gestão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, IP, a licenciada Cláudia Marina Pereira Alberto, pertencente à carreira Técnica superior do mapa de pessoal da Direção Geral do Orçamento, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo.

A presente deliberação produz efeitos a partir de 18 de junho de 2018.

29 de junho de 2018. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Leonor Trindade*.

### Nota Curricular

Identificação:

Nome: Cláudia Marina Pereira Alberto
Data de nascimento: 10 de fevereiro de 1978

Formação Académica:

Licenciada em Contabilidade e Administração, ramo Administração Pública, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa em 2006, e pós graduada em Administração e Políticas Públicas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa em 2008.

Formadora certificada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Percurso Profissional Relevante:

Ingresso em outubro de 2010 na Direção Geral do Orçamento (DGO) na carreira e categoria de técnico superior, tendo transitado em Maio de 2015 para a carreira especial de técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas do Ministério das Finanças.

Desde dezembro de 2012 até à data, exerceu funções na 3.ª Delegação da DGO do Ministério das Finanças, onde desempenhou, entre outras, funções de colaboração na preparação do Orçamento do Estado, análise, acompanhamento, e propostas de orientações técnicas no âmbito da elaboração dos orçamentos das entidades, contribuição para a produção de normas legais e instruções técnicas em matérias orçamentais, e acompanhamento da execução orçamental das entidades pertencentes ao respetivo Ministério.

De outubro de 2010 a Novembro de 2012, técnica superior na equipa de Projetos de Disseminação do POCP — Rigore Local — Gerfip, para resolução das necessidades dos serviços aderentes ao Gerfip, procedendo à análise dos pedidos de apoio, verificação e validação, garantindo as condições de bom funcionamento das entidades envolvidas.

Desde junho de 2006 a setembro de 2010, técnica superior nos Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP), na Divisão Financeira e Patrimonial, a desempenhar funções na elaboração dos projetos de orçamento, acompanhamento e controlo da execução orçamental, encerramento das Contas de Gerência e elaboração de pareceres técnicos.

Participação em diversas ações de formação no âmbito da contabilidade pública, quer em POCP, quer no novo referencial contabilístico — SNC-AP: Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Publica (e-learning), Novo Modelo de Contabilidade Pública — SNC-AP, Diploma de Especialização em gestão financeira e contabilística nos serviços públicos.

311469069

# CULTURA

## Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.

### Aviso n.º 9716/2018

Por despacho de 27 de março de 2018 do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P., e nos termos do disposto no artigo 99.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na mesma categoria e posição remuneratória ao técnico superior Joaquim José Pepe Roque, em regime de mobilidade interna na categoria, desde 1 de abril de 2017, passando a integrar o mapa de pessoal deste instituto com efeitos a 1 de abril de 2018.

18-04-2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luís Chaby Vaz*. — A Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Mineiro*.

311468712

### Aviso n.º 9717/2018

Por despacho de 25 de janeiro de 2018 do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, IP, e nos termos do disposto no artigo 99.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na mesma categoria e posição remuneratória à técnica superior Lia Isabel Coelho Ribeiro, em regime de mobilidade interna na categoria, desde 1 de julho de 2017, passando a integrar o mapa de pessoal deste instituto com efeitos a 1 de abril de 2018.

18-04-2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luís Chaby Vaz*. — A Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Mineiro*.

311468818

### Aviso n.º 9718/2018

Por despacho de 27 de março de 2018 do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, IP, e nos termos do disposto no artigo 99.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na mesma categoria e posição remuneratória à técnica superior Mara Solange Malhão de Jesus Gil, em regime de mobilidade interna na categoria, desde 1 de abril de 2017, passando a integrar o mapa de pessoal deste instituto com efeitos a 10 de maio de 2018.

11-05-2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luís Chaby Vaz*. — A Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Mineiro*.

311468826

### Aviso n.º 9719/2018

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, aplicável por remissão do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 28 de junho de 2018, foram homologadas as listas unitárias de ordenação final dos candidatos aprovados no âmbito do procedimento concursal em curso destinado à regularização dos vínculos de emprego precários na Administração Pública (PREVPAP), publicitados na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA), em 8 de maio de 2018, para ocupação de cinco postos de trabalho na categoria de técnico superior do mapa de pessoal da ICA.

As referidas listas de ordenação final podem ser consultadas em local visível e público das instalações do ICA, sitas na Praça Bernardino Machado, 4, em Lisboa, na respetiva página eletrónica em (www.ica-ip.pt), tendo ainda sido notificadas a cada um dos candidatos, para o respetivo endereço de correio eletrónico.

Do ato de homologação da referida lista de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico, para o Secretário de Estado da Cultura de acordo com o estatuído no n.º 3 do artigo 39.º da mencionada Portaria.

28 de junho de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luís Afonso de Chaby Rosa Vaz*.

311467602

## Direção Regional de Cultura do Alentejo

### Aviso n.º 9720/2018

Por meu despacho de 27 de dezembro de 2017, e nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua última redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a Diretora Regional, considerando a análise circunstanciada do desempenho do dirigente e os resultados por si obtidos, deliberou renovar a comissão de serviço pelo período de três anos, com efeitos a 1 de setembro de 2017, do licenciado João Manuel Prego de Ochôa e Azevedo Pires, para o exercício do cargo de direção intermédia de 1.º grau de Diretor de Serviços de Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Alentejo.

15 de fevereiro de 2018. — A Diretora Regional de Cultura do Alentejo, *Ana Paula Ramalho Amendoeira*.

311482311

### Aviso n.º 9721/2018

Para efeitos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, nos termos conjugados do n.º 5 do artigo 181.º, n.º 4 do artigo 182.º e artigo 223.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo ao citado diploma legal, por Despacho n.º 4/GAB.DIR./2017, de 14-06-2017, da Diretora Regional de Cultura do Alentejo, proferido no âmbito do procedimento disciplinar n.º 1/2017, foi aplicada a pena de demissão, ao assistente operacional do mapa de pessoal desta Direção Regional, Jorge Manuel Matos Saco, com efeitos a 16-06-2017, cessando, por esse motivo e a essa data, o respetivo vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções publicas por tempo indeterminado.

19 de fevereiro de 2018. — A Diretora Regional de Cultura do Alentejo, *Ana Paula Ramalho Amendoeira*.

311482603

### Aviso (extrato) n.º 9722/2018

Torna-se público que, nos termos dos artigos 45.º e seguintes da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o período experimental de vínculo, na carreira/categoria de Técnico Superior, cumprido pela trabalhadora Paula Alexandra da Silva Gomes dos Santos Romão, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, foi concluído com sucesso. O resultado deste período experimental foi homologado por despacho de 25 de junho de 2018, da Senhora Diretora Regional de Cultura do Alentejo.

25 de junho de 2018. — A Diretora Regional de Cultura do Alentejo, *Ana Paula Ramalho Amendoeira*.

311482677

### Aviso (extrato) n.º 9723/2018

Torna-se público que, nos termos dos artigos 45.º e seguintes da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o período experimental de vínculo, na carreira/categoria de Técnico Superior, cumprido pela trabalhadora Maria do Céu Dez-Reis Grilo, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, foi concluído com sucesso. O resultado deste período experimental foi homologado por despacho de 25 de junho de 2018, da Senhora Diretora Regional de Cultura do Alentejo.

25 de junho de 2018. — A Diretora Regional de Cultura do Alentejo, *Ana Paula Ramalho Amendoeira*.

311482814

### Contrato (extrato) n.º 548/2018

**Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, entre a Direção Regional de Cultura do Alentejo e o trabalhador Fernando Manuel dos Santos Ramalho, com efeitos a 1 de janeiro de 2018, ficando o mesmo integrado na categoria/carreira de técnico superior, posicionado na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

19 de fevereiro de 2018. — A Diretora Regional de Cultura do Alentejo, *Ana Paula Ramalho Amendoeira*.

311482888

### Despacho n.º 6965/2018

Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, e do artigo 42.º n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, designo o Arquiteto João Manuel Prego de Ôchoa e Azevedo Pires, Diretor de Serviços dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Alentejo, para me substituir nas minhas ausências, faltas ou impedimentos.

O presente despacho produz efeitos desde 1 de setembro de 2017.

15 de fevereiro de 2018. — A Diretora Regional de Cultura do Alentejo, *Ana Paula Ramalho Amendoeira*.

311515887

### Despacho n.º 6966/2018

Nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua última redação dada pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a Diretora Regional, considerando a análise circunstanciada do desempenho do dirigente e os resultados por si obtidos, deliberou renovar a comissão de serviço pelo período de três anos, com efeitos a 1 de junho de 2018, do licenciado Luís Manuel Mendes Orvalho, para o exercício do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão dos Recursos Humanos e Financeiros da Direção Regional de Cultura do Alentejo.

25 de junho de 2018. — A Diretora Regional de Cultura do Alentejo, *Ana Paula Ramalho Amendoeira*.

311482928

### Despacho n.º 6967/2018

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos n.º 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, delego no Licenciado Luís Manuel Mendes Orvalho, chefe de Divisão dos Recursos Humanos e Financeiros da Direção Regional de Cultura do Alentejo, os poderes necessários para a prática dos seguintes atos:

*a*) Assinar os pedidos de libertação de créditos (PLC) a apresentar mensalmente à Direção-Geral do Orçamento, autorizar e assinar os respetivos pedidos de autorização de pagamento;

*b*) Assinar as folhas e documentos de despesa, boletins de vencimentos, boletins de inscrição/alteração na Caixa Geral de Aposentações e ADSE.

2 — A delegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo dos poderes de avocação e superintendência.

3 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os atos praticados até à data da sua publicação no *Diário da República.*

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de junho de 2018.

25 de junho de 2018. — A Diretora Regional, *Ana Paula Ramalho Amendoeira*.

311482952

# CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO

## Secretaria-Geral da Educação e Ciência

### Aviso n.º 9724/2018

Nos termos do disposto nos n.os 4 a 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho, foram homologadas as atas que contêm o relatório de avaliação final da conclusão, com sucesso, do período experimental a que estiveram sujeitas as